

Educação Física e a Formação Docente para a Inclusão

Juliana Homem da Silva¹

Tiago Nunes Medeiros²

Resumo: O presente estudo trata sobre a formação docente em Educação Física com foco na Inclusão, no qual apresenta o problema: Como a formação docente em Educação Física está relacionada com perspectiva de educação inclusiva? A pesquisa tem por objetivo compreender a formação dos professores de Educação Física e sua relação com a inclusão a partir de um estudo qualitativo de revisão bibliográfica nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram realizadas duas etapas de estudo cuja primeira baseou-se numa busca dos descritores de Educação Física Escolar, Formação Docente e Inclusão. A próxima etapa tende a analisar os textos extraídos na primeira a fim de certificarmos a centralidade desses descritores na produção científica. Dentre as informações coletadas, destaca-se o fato de que os professores estão saindo das universidades sem formação inicial para trabalhar com alunos de inclusão. Conclui-se através da perspectiva dos autores que é necessário haver uma modificação nos currículos universitários para que o assunto INCLUSÃO possa ser potencialmente abordado pela comunidade escolar.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Formação docente. Inclusão

Abstract: This study deals with teacher education in Physical Education for inclusion, in which it presents the problem: How is teacher training in Physical Education is related to an inclusive education perspective? The aim of this research is to understand the training of Physical Education teachers and their relation to inclusion, from a qualitative study of bibliographic review in the periodicals of the Coordination of Improvement of Higher-Level Personnel (CAPES). In this way, a search was made with the descriptors School Physical Education, Teacher Training, Inclusion. The next step was to analyze the texts to certify the centrality of the descriptors in scientific production. Among the information collected, emphasizing that teachers are leaving universities without initial training to work with inclusion students. It is possible to conclude that the authors' perspective that it is necessary to have a modification in university curriculums, so that the inclusion subject can be potentially addressed by the school community.

Keywords: School Physical Education. Teacher training. Inclusion.

Introdução

Atualmente, segundo as informações obtidas no Portal do MEC, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme Lei Federal n.9.394, de 1996 (BRASIL, 1996) nos diz “que todo ser humano tem direito a educação e

¹ Graduanda em Educação Física.

² Mestre em Ciências do Movimento Humano (UFRGS). Orientador e Docente do Centro Universitário Cenecista de Osório.

que todas as escolas sendo públicas ou privadas têm o dever de aceitar as matrículas efetuadas”. Por este motivo, é necessário compreender as diferenças que todos possuem, para que não haja preconceito nas instituições de ensino.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), atualmente a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica. Nos dias de hoje, dentre os diversos objetivos da Educação Física na escola, está o desenvolvimento motor e psíquico dos alunos, pois compreende-se que é através de várias atividades que os educandos aprendem e evoluem em sua formação enquanto cidadão. Entendemos que as aulas servem para promover conhecimento a partir da resolução de problemas, superação de limites e cooperação.

Embora os professores sejam formadores de pessoas, é preciso ter um olhar minucioso sobre estes profissionais, compreender suas capacidades e limitações ao ter de lidar com as situações teóricas e práticas de ensino. Nas universidades, por exemplo, os acadêmicos em Educação Física, aprendem apenas o conhecimento teórico e aquilo que não deve ser realizado durante uma aula, porém, é em seu dia a dia enquanto professor que as dificuldades e dúvidas vão aparecendo e é a partir de suas próprias experiências que conseguirá vencê-las. A verdadeira formação se dá a partir do momento que os mesmos passam a ser vistos como sujeitos do conhecimento.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), “todas as crianças, com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) ou não, devem ser matriculadas e escolarizadas no ensino regular.” Contudo, nas escolas, muito se tem debatido sobre a inclusão e de que forma se deve proceder ao receber um educando inclusivo. Sabe-se que incluir é fazer com que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Porém, para que isso aconteça de fato e em totalidade toda a comunidade escolar deve estar preparada e conscientizada, incluindo professores, funcionários, pais, alunos. A caminhada pertence a todos.

Deste modo, a escolha pelo tema “Formação de professores de Educação Física em inclusão”, surgiu a partir das experiências vivenciadas na atuação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e dos estágios obrigatórios do Ensino Superior do curso de Licenciatura em Educação Física, em que houve contato com alunos portadores de Síndrome de Down, Paralisia Cerebral e Autismo.

Tal convivência pode demonstrar o quão necessário é que professores de Educação Física estejam preparados e capacitados para a Inclusão assim como estão para os demais alunos. Com esse respaldo, certamente o educador atuará como facilitador do ensino, proporcionando aos alunos tudo que o componente curricular proporciona.

A problemática “Como a formação docente em Educação Física esta relacionada com perspectiva de educação inclusiva?”, apresentada no presente estudo, que tem como objetivo geral compreender a formação dos professores de Educação Física e sua relação com a inclusão. Para tanto, foi realizado detalhado de um estudo de revisão bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES. Ao longo deste relatório, serão explicados os temas centrais desta revisão, e em seguida será apresentado o passo a passo do estudo. A etapa seguinte será a análise das informações e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

Educação Física Escolar

A Educação Física tem diversos objetivos dentro do ambiente escolar, um deles é desenvolver a parte motora e psíquica dos alunos, trazendo benefícios para a coordenação bem como a execução precisa dos movimentos com relata Barros (1972):

As atividades de correr, saltar, arremessar (atletismo ligeiro), trepar, pendurar-se, equilibrar-se, levantar e transportar, puxar, empurrar, saltitar, girar, saltar corda permitem a descarga da agressividade, estimulam a auto-expressão, concorrem para a manutenção da saúde, favorecem o crescimento, previnem e corrigem os defeitos de atitude (boa postura). (p.16).

Segundo (BRASIL, 1997), a Educação Física não se restringe apenas ao conhecimento sobre o corpo, mas também foca no desenvolvimento e crescimento do aluno, capacitando seu conhecimento para refletir sobre suas possibilidades de aprendizado.

Nas aulas de Educação Física através das várias atividades propostas pelo educador, o educando também tende a desenvolver a aprendizagem em sua formação enquanto cidadão, o que, futuramente, pode contribuir da sua habilidade de resolver problemas, superar limites, realizar trabalho em grupo e agir de maneira cooperativa. Sobre isto, De Marco (1995) nos mostra a Educação Física como:

...um espaço educativo privilegiado para promover as relações interpessoais, a auto-estima e a auto-confiança, valorizando-se aquilo que cada indivíduo é capaz de fazer em função de suas possibilidades e limitações pessoais. (p. 77).

Segundo González e Fraga (2009), a Educação Física disserta de todas as ações que representam a cultura corporal do movimento, desde as práticas esportivas até as atividades lúdicas, fazendo com que essa vivência esteja relacionada tanto ao lazer quanto à saúde quando colocadas dentro de seus contextos históricos e compondo o conteúdo a ser ensinado na escola. Ainda dizem que, o plano de estudo da Educação Física pode ser reconstruído com os alunos, desde que haja registro.

De acordo com Betti e Zuliani (2002), a Educação Física Escolar também visa à formação do educando, desenvolvendo o seu lado crítico quando ele é confrontado com as diferentes formas de comunicação

A Educação Física deve assumir a responsabilidade de formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal de movimento... A Educação Física enquanto componente curricular da Educação Básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la. (BETTI; ZULIANI, 2002, p. 75).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), atualmente a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, é integrante da área de linguagens e códigos, juntamente com mais quatro disciplinas. Portanto, a Educação Física cumpre com os objetivos da escola quando toma como missão fundamental formar cidadãos com valores e conscientes de sua importância e de seus benefícios.

O que orienta o referencial teórico do trabalho são os PCNs. E o fizemos assim em razão de que a Base Nacional Comum Curricular foi homologada no ano de 2017, portanto, não há registros de publicações tratando do tema.

Formação de Professores

Para Tardif (2001), já que o professor é formador de cidadãos e de opiniões deveria falar um pouco mais de si, relatando se sabe ou não lidar com as adversidades vividas por ele, e se tem ou não competência para fazer isso. O autor afirma ainda que os docentes devem ser vistos como sujeitos do conhecimento, levando-se sempre em consideração os condicionamentos reais de seu trabalho dia após dia, analisando suas práticas e refletindo sobre elas.

Para o autor supracitado, muitas vezes, os conteúdos estudados pelos professores são de lógicas disciplinares que idealizam o ensino e não apresentam nenhum contato com a realidade de cada um, e que, por vezes, são ministrados por docentes que se quer sabem o que é dar aula em uma escola com salas de aula lotadas e pouco recurso. Ele afirma também que um professor não é somente alguém que aplica os conhecimentos produzidos por outros e, sim, um sujeito que assume sua prática a partir de seus próprios significados, um sujeito que possui conhecimentos, que podem, ou não, ser independentes na ação de suas próprias práticas (TARDIF, 2001).

Segundo Cunha (1992) e Pimentel (2001), por mais que os professores estudem e aprenda o conhecimento teórico, suas práticas acabam sendo inspiradas em experiências já vividas, seja em aulas com antigos professores

ou fatos que marcaram sua vida docente, usando isso como ponto de partida para as suas escolhas e seus pontos de vista.

Para Cunha (2001), a forma como a transmissão das informações acontece durante uma aula acaba construindo as relações sociais e culturais. Isso torna a formação mais valiosa do que os próprios conteúdos desenvolvidos.

Tardif et al. (1991), alega que quando se faz questionamentos aos professores sobre seus saberes, eles tendem a dar valor aos conhecimentos adquiridos em seu cotidiano. Portanto:

estes acabam se constituindo nos fundamentos de sua competência. É a partir deles que os professores julgam sua formação anterior ou sua formação ao longo da carreira. É igualmente a partir deles que julgam a pertinência ou realismo das reformas introduzidas nos programas e métodos. Enfim, é a partir dos saberes da experiência que os professores concebem os modelos de excelência profissional no interior da profissão. (p.227).

Para Moantoan (2003), o professor que participa da jornada do saber com seus alunos passará a entender melhor as dificuldades e as possibilidades de ensino, construindo o conhecimento com mais facilidade. Frisa ainda que ensinar é promover situações em que cada um interpretará e entenderá de uma forma diferente, gerando assim debates entre os educandos. Severino (2000) acredita que quem atua na área da educação tem a responsabilidade de preparar seus alunos para o mundo, mas para que isso aconteça, é necessário que os educadores sejam qualificados e conscientes do real significado da educação.

Inclusão

Muito se tem discutido sobre o termo “inclusão”, e um dos principais debates é de que forma vem acontecendo nos ambientes escolares. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e da nova Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), diz que as crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), devem ser matriculadas e escolarizadas num ambiente de ensino regular, juntamente com aqueles que não possui deficiência, com professores iguais para ambos mas que estes

sejam capacitados para atuar na perspectiva da inclusão conforme o perfil traçado na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2, de 2001 (BRASIL, 2001).

Para Moantoan (2003), as mudanças de paradigma dentro do ambiente escolar são as crises de nossas concepções, pois ela é rodeada de incertezas, de medo, inseguranças, mas também de liberdade para buscar outras formas de ensinar e reverter as situações de exclusão. As escolas não podem continuar ignorando as mudanças e muito menos negar que aprender é ser capaz de se expressar, por esse motivo a inclusão vem para fazer a criatividade fluir novamente.

Para a autora, inclusão é uma questão de esforço na reestruturação das condições atuais das nossas instituições, assumindo assim que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, e sim do ensino que lhe é passado e de como a aprendizagem é avaliada.

Sassaki (1997, p. 42) diz que a inclusão refere-se ao “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas com deficiência e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. É também um processo de construção de uma nova comunidade; uma reforma nos ambientes físicos, equipamentos, meios de transporte e, principalmente, no pensamento do ser humano.

Para Omote (2001), incluir é defender que todos tenham o mesmo direito e acesso a todas as oportunidades independentemente da religião, política e das condições físicas e/ ou cognitivas que apresentem no meio em que vivem. Ainda nos diz que, a inclusão não deve ser praticada apenas por professores, mas por todas as pessoas, pois somente assim será possível construir uma sociedade eticamente compromissada e preparada para lidar com a inclusão. Pedrinelli (1994) e Seabra Junior (2006) definem a inclusão nas aulas de Educação Física como participação de todos, respeitando as limitações de cada um, sendo o professor o promotor da potencialidade de domínio motor de seus alunos.

Para Betti e Zuliane (2002) a inclusão nas aulas de Educação Física oportuniza o conhecimento e a possibilidade de refletir sobre questões relacionadas ao corpo e ao movimento, devendo, assim, facilitar a compreensão desta cultura.

Para Bagatini (1984) a Educação Física serve também para dar assistência às crianças que têm NEE, preparando-a para vida, fazendo com que elas se sintam bem no ambiente que estão inseridos e sejam pessoas felizes. Assim, a Educação Física atenderá a todos os indivíduos, capacitando-os e potencializando sua aprendizagem. Por fim, Sasaki (1997) diz que inclusão implica numa transformação tanto do ambiente escolar quanto do aluno, permitindo que aqueles que foram incluídos possam ser mais eficientes nos demais conteúdos do currículo escolar.

Compreendemos que os capítulos referentes à formação docente e inclusão sustentam o aporte teórico e passamos a seguir apresentar o passo a passo da metodologia.

Metodologia

O presente estudo apresenta uma revisão bibliográfica do tipo qualitativa. De acordo com Vergara (1998, p. 46) “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, (...)”.

Gil (2010, p.29) conceitua pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Marconi e Lakatos (2011, p. 269) descrevem que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais

detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Para a realização da escolha dos artigos científicos deste estudo, realizou-se uma pesquisa no banco de dados dos periódicos da CAPES no ano de 2018, com os termos: “Educação Física, Formação e Inclusão”, obtivemos 142 artigos. Na segunda etapa optamos por efetuar um refinamento em que marcamos o idioma português que resultou em 80 artigos. O próximo passo foi baixar os textos disponíveis online que resultaram em 64 artigos disponíveis para análise. Destes, apenas 8 tinham como centralidade os descritores escolhidos para a pesquisa.

Desta forma, após o esclarecimento do processo metodológico daremos sequência à análise e discussão dos resultados dos artigos selecionados.

Análise e Discussão dos Resultados

O primeiro artigo analisado é do ano de 2015, que tem como título “Associações e dissociações no campo da Educação Física: para onde vai o trabalho dos grupos de trabalho?” e pertence aos autores: Gilmar de Carvalho Cruz, Letícia Beatriz Santana Caparroz, Evelline Cristhine Fontana, Rogério Correa e Ilma Célia Ribeiro Honorato. A publicação deste artigo nos mostra que na Revista Brasileira de Ciências do Esporte entre 2000 e 2010 há poucas abordagens referente ao tema Educação Física e inclusão escolar, pois no período analisado não havia muita relevância o assunto relação entre Educação Física e inclusão.

Cruz et al. (2015) relata que as publicações feitas no início da existência do periódico da Revista Brasileira de Ciências do Esporte referente à participação de pessoas com NEE em questão quantitativa não é diferente dos tempos de hoje. Embora a produção de artigos de inclusão e Educação Física possa ser encontrada em outros periódicos da área, é notável a falta de argumento quando o tema gera debates dentro do âmbito escolar. Outro ponto importante que os autores alegam é que há uma fragilidade nos trabalhos produzidos,

fazendo com que os mesmos não sejam submetidos à publicação devido à exigência dos periódicos, mais especificadamente na CAPES.

O mesmo ainda nos mostra que é necessário dar novos significados aos eventos de associações científicas, para que possam ser vistos como aprimoramento tanto na produção quanto nos trabalhos acadêmicos produzidos nesses ambientes acadêmico-profissionais (CRUZ et al., 2015).

O segundo artigo analisado “Políticas de inclusão e à docência em Educação Física: uma reflexão sobre as práticas” de Roseli Belmonte Machado trata sobre a relação entre uma política de inclusão no Brasil e os professores de Educação Física, sendo que a autora destaca, também, a importância da integração entre escola, saúde e profissional de Educação Física, onde estes antigamente tinham seus papéis especificadamente reclusos em suas respectivas áreas.

Dessa forma, Machado (2017) aborda a relevância de um trabalho em conjunto, pois os indivíduos não necessitam somente de educação (escolar), mas de um maior atendimento em relação à saúde mental e física. Sendo assim, as políticas governamentais às quais ela citou visam cuidar do indivíduo como um todo fazendo com que sua integração social não fique sob responsabilidade somente de um deles. Ela expõe também a importância do profissional de Educação Física que era restrita às aulas e, atualmente, tem a possibilidade de engajamento nos Programas Mais Educação, Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Atleta na Escola, Programa Segundo Tempo (PST), Esporte na Escola, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) entre outros.

Outro fator interessante diz respeito à valorização dos alunos que se destacam nos esportes escolares a fim de que estes participem de competições olímpicas e paraolímpicas com bolsas esportivas, nas quais muitas crianças carentes têm possibilidade de competir e tentar um futuro melhor através do esporte. Já os que moram em áreas de vulnerabilidade

deveriam ter mais possibilidades de participarem destes projetos criados pelo governo, pois, eles ajudam no desenvolvimento não apenas no desenvolvimento escolar, mas em todos os âmbitos de suas vidas. Ela finaliza o artigo reiterando a ideia do quão é importante o trabalho conjunto.

O terceiro artigo analisado “Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de Educação Física” de Elvio M. Boato, Tânia M. V. Sampaio e Junior V. P. da Silva, objetivou na realização de uma pesquisa com professores de Educação Física que lecionam em diversas escolas da região do Distrito Federal a fim de avaliar se a Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal SEEDF atende às suas necessidades de capacitação e acompanhamento no processo de inclusão.

Para Boato et al. (2011) mais da metade dos professores entrevistados afirmaram não ter capacitação oferecida pela Secretaria de Educação, não receberem apoio pedagógico de professores especializados em educação especial e não ter reuniões para discutir a respeito da melhor maneira de incluir.

Muitos destes educadores, em seu período de formação inicial, tiveram, no máximo, duas disciplinas fossem voltadas a alunos com deficiência, fato que faz com que sua formação acadêmica não os auxilie na educação dos mesmos. Segundo os autores, seria mais proveitoso se em todas as disciplinas cursadas nas faculdades tratassem desta questão, assim os alunos passariam a ser vistos como integrantes do processo educacional, e os professores passariam a ser formados não somente para atuar com alunos sem deficiência. Boato et al. (2011) relata que o aluno com deficiência deve falar sobre o que pensa a respeito de inclusão e que mostre suas dificuldades, para que os demais saibam de suas limitações.

A partir da pesquisa feita pelos autores, percebe-se que a formação dos professores é o fator que mais dificulta o processo de inclusão nas aulas de Educação Física, trazendo prejuízos a toda comunidade escolar, pois esta acabará não convivendo nem reconhecendo a deficiência como parte da

diversidade humana. Sendo assim, é necessário promover discussões/debates a respeito da inclusão por parte da SEEDF, oferecer cursos, palestras, reuniões pedagógicas, congressos e seminários focados nesse tema. Essa mobilização trará concepções das possibilidades e impossibilidades do aluno e não a compreensão dos aspectos fisiológicos das deficiências.

No quarto artigo analisado “Alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas regulares de Mossoró- RN” de Chagas e Dias do ano de 2014 foram analisadas as concepções de professores de Educação Infantil na Rede Pública e Privada de Ensino a respeito das questões que vêm dificultando a inclusão de crianças com NEE.

Os autores nos trazem que as professoras de Rede Pública possuem maior tempo de atuação profissional, mas que isso nem sempre é o suficiente para dar suporte nas dificuldades encontradas na hora de incluir. Relatam ainda que poucas professoras participaram de cursos e eventos de capacitação nos últimos anos, mas que grande maioria recebeu orientações antes de atuar com alunos de inclusão.

Outro fator significativo relatado pelos autores Chagas e Dias (2014), refere-se à falta de experiência profissional na área da educação especial, como a superlotação das salas de aula tem dificultado o trabalho individualizado, sendo uma das principais dificuldades no atendimento adequado no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo os autores, apesar de existir leis que garantem a inclusão, é preciso que a teoria esteja próxima da prática dentro das escolas. Os professores estão cientes de todos os problemas citados anteriormente e necessitam de um apoio especializado para conseguirem proporcionar um ensino em que todos tenham acesso.

O quinto artigo analisado “A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente”, de Lídia Mara Fernandes Lopes, Larissa Medeiros Marinho dos Santos e Maria Nivalda Carvalho Freitas trouxe uma investigação da formação

de profissionais em educação inclusiva de professores de Rede Pública que atuam no Ensino Fundamental com crianças com deficiência.

Tavares et al. (2016) relata que a falta de formação dos professores, além de ser prejudicial em sua atuação docente com alunos de inclusão, gera sentimentos de angústias e questionamentos sobre o que poderiam fazer mais pelas crianças. Comentam ainda sobre a existência de um professor de apoio, que deveria ter uma formação inicial e continuada, conhecimentos gerais da docência e, principalmente, capacitação específica na área de deficiência em que irá atuar. Porém, na pesquisa encontrou-se uma realidade um pouco diferente desta, na qual ainda é feita contratação de professores sem formação especializada. Dizem ainda que, se essa contratação fosse feita de maneira adequada, traria benefícios para o processo de aprendizagem em inclusão, sendo de ambos a responsabilidade sobre o aluno.

Outro fator relevante apontado pelos autores trata da relação entre a formação inicial e o distanciamento entre o que se aprende e o que se exige em seu cotidiano, ou seja, faltam atividades práticas na graduação cursada; afirmam que a vivência durante o período de formação os ajudaria muito mais. Poucos professores afirmam que sua formação contribui para sua ação atual e isso se dá porque tiveram contato com pessoas com deficiência antes mesmo de suas experiências nas escolas. Cansados de não saber o que fazer, alguns educadores buscam na pós-graduação um auxílio para resolução de seus problemas. Porém, há também aqueles que se acomodam e não buscam por recursos, prejudicando o processo de inclusão e de aprendizagem de todos os alunos.

Se em todas as disciplinas cursadas fosse abordado o assunto “inclusão”, ela passaria a ser vista de forma mais tranquila, tornando o assunto cada vez mais natural. Se os cursos oferecessem mais oportunidades de práticas com crianças com deficiência promoveria uma visão de fato inclusiva (TAVARES et al., 2016).

O sexto artigo analisado “A deficiência em foco nos currículos de graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015)” dos autores Amorim, Medeiros Neta e Guimarães (2016), tem por objetivo mapear os componentes curriculares dos currículos de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período de 1960 a 2015 sobre de que forma o tema inclusão vinha sendo abordado.

Segundo Amorim, Medeiros Neta e Guimarães (2016) a UFRN conta com oferecimento de 88 cursos de graduação na modalidade presencial sendo 11 cursos em 21 polos na modalidade de Educação a Distância, totalizando 41.942 alunos matriculados em ambos os ensinos. Desde 1960, a universidade abordava sobre o tema inclusão, porém, foi no ano de 2015 que se constatou um aumento significativo do mesmo. A educação é a área em que mais se tem componentes curriculares que norteiam a inclusão. Temas como Libras, saúde, tecnologias e música vêm crescendo aos poucos.

Os autores ainda dizem que esta maior oferta de inclusão na área da educação permite uma boa formação para atuar na Educação Básica e um acolhimento e desenvolvimento pedagógico apropriado. Assim, a criação destes componentes atende à sociedade permitindo maior valorização da diversidade.

Estes componentes curriculares atendem, na maioria das vezes, pessoas que cursam licenciatura, não oportunizando aos alunos dos demais cursos a discussão sobre a deficiência em seus diversos modos de viver e agir. Neste sentido, a sociedade precisa vencer algumas barreiras preconceituosas e ter claramente em suas mentes que todos têm os mesmos direitos independentemente de suas condições. Isso pode ser feito através de campanhas que podem vir a mudar as atitudes em relação às pessoas com deficiência.

O sétimo artigo analisado “Formação docente e inclusão escolar em um curso de licenciatura em Educação Física” de Gilmar de Carvalho Cruz e Khaled Omar Mohamand El Tassa, tem como objetivo discutir como o processo

formativo realizado em curso de Educação Física Licenciatura trata a inclusão escolar e como está a preparação docente em contextos inclusivos. A pesquisa foi realizada com 18 licenciandos do quarto ano do curso de Educação Física, porém, somente 14 acadêmicos tiveram efetiva participação. Mais da metade dos alunos entrevistados disseram que a disciplina de estágio obrigatória é importante no processo de suas formações acadêmicas e o restante relata que o curso não agrega as expectativas que tinham antes de entrar na faculdade.

Segundo os autores, de maneira geral, as licenciaturas não estão preparadas para formar professores para trabalhar com educação inclusiva, os professores sentem-se desprotegidos e preocupados em assumir turmas com alunos de diversas características. Porém, as vivências que os professores têm em sua prática trarão muitos aprendizados na sua formação inicial e continuada. Mas, ainda assim, afirmam que uma formação inicial de qualidade prepara os futuros docentes para lidar com os desafios que virão.

O oitavo e último artigo analisado “Formação do profissional em Educação Física: um olhar para o processo de inclusão e inserção social”, de Júlio Emerson Baumart Tavares e Hugo Norberto Krug, traz um estudo que analisa como o curso de graduação em Educação Física da UFSM/RS está preparando seus acadêmicos para atuar com pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino. A pesquisa foi composta por 34 acadêmicos do 7º semestre e por 5 professores efetivos. E, segundo os autores, poucas disciplinas do currículo trabalham a EFI para pessoas com necessidades especiais.

Afirmam também que a busca de conhecimento é feita através de projetos de extensão e pesquisa, além da participação das disciplinas oferecidas como atividades complementares, capacitando apenas aqueles que se identificam com o tema. Grande parte dos alunos têm interesse em aprender a atuar da melhor forma possível na inclusão, que é importante o curso como um todo no sentido de preparar seus alunos para trabalhar com crianças portadoras

de necessidades especiais, no entanto, como citado acima, o mesmo acontece por meio de projetos. Ainda segundo a pesquisa dos autores, os alunos acham que a inclusão deveria ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo e por todos os motivos citados acima não se sentem preparados a assumir turmas com alunos de inclusão.

Para Tavares e Gruk (2003), a criação de uma disciplina que proporcione o aprendizado específico dos alunos os prepararia para enfrentar os desafios da inclusão e que o curso de Educação Física Licenciatura não está suficientemente apto na preparação dos docentes.

Após a análise e discussão de cada artigo citado acima, vamos dar sequência com as considerações finais.

Considerações finais

Após retomarmos o objetivo do trabalho que foi Compreender a formação dos professores de Educação Física e sua relação com a inclusão, pode-se entender a importância da formação inicial para que os docentes, ao iniciar seu trabalho no ambiente escolar, sintam-se preparados para, de fato, atuar como facilitadores no processo ensino e aprendizagem dos alunos.

Ao analisarmos os estudos que tratam sobre o tema desta revisão, notamos que os acadêmicos estão saindo das universidades sem uma formação adequada para lidar com discentes de inclusão. Segundo os artigos analisados, isso ocorre muitas vezes pela inexistência e/ou a baixa oferta de disciplinas de inclusão, oferecidas pelos currículos dos cursos de licenciatura. Sugerem que, se em todas as disciplinas, além das específicas de inclusão, fosse abordado o assunto, talvez o tema pudesse passar a ser entendido de forma mais progressiva e efetiva, tornando a Inclusão cada vez mais presente.

Quando a inclusão é tratada dentro das escolas, a falta de experiência trava o professor de debater, trazendo prejuízos a toda comunidade escolar. O distanciamento entre o que se aprende e o que é exigido no dia a dia do

professor, a falta de atividades práticas e a não vivência dentro do período do estudo, traz insegurança ao mesmo. Porém, Pedrinelli (1994) e Seabra Junior (2006) definem a inclusão nas aulas de Educação Física como participação de todos, respeitando as limitações de cada um sendo o professor capaz de promover a potencialidade do domínio motor de seus alunos.

Outro fator que muitas vezes emerge nas discussões sobre inclusão está localizado na oferta das disciplinas dos cursos superiores de licenciatura, em que são oferecidas para cursos específicos como libras, ou na forma de disciplinas optativas, ou seja, potencializando a procura para aqueles que, de uma forma ou outra, apresentam algum tipo de interesse na sua formação inicial para a referida temática, diminuindo, assim, a propagação do conhecimento.

Ao término desta revisão, percebemos que a falta de formação dos professores faz com que os alunos não vivenciem tudo o que o componente curricular proporciona, pois além dos currículos não contemplarem essa demanda, ainda há pouca prática docente com alunos de inclusão durante a graduação. Tardif (2000) relata que os conteúdos teóricos estudados durante a formação acabam sendo muito distantes da realidade de cada um e, muitas vezes, são ministrados por pessoas que se quer sabem o que é estar em uma sala de aula.

Sendo assim, sugerimos que o tema inclusão esteja inserido com maior ênfase como conteúdo programático das disciplinas dos cursos de licenciatura de tal modo que os alunos possam ter experiências práticas, sustentadas em fundamentação teórica, no sentido de potencializar as suas ações na escola. Pudemos observar neste estudo de revisão bibliográfica a necessidade de pesquisas que abordem o tema Inclusão e Formação Inicial para que a Educação Física supere tais paradigmas.

Referências

AMORIM, É. G.; MEDEIROS NETA, O. M.; GUIMARÃES, J. A deficiência em foco nos currículos de graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015). **HOLOS**. Rio Grande do Norte, ano 32, v. 2, p. 231- 248, 2016.

BAGATINI, V. F. **Educação Física para Excepcional**. 5ª Edição. São Paulo: Sagra. 1984.

BARROS D. **Educação Física na Escola Primária**. 4º Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação Física Escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. V. 10, n.1, p. 73-81, 2002.

BOATO, E. M.; SAMPAIO, T. M. V.; SILVA, J. V. P. Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de educação física. **Motricidade**. Portugal. v. 8, n. Supl. 2, p. 891-900, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 9.394**: de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 10/9/2018.

CRUZ, G. C.; TASSA, K. O. M. E. Formação docente e inclusão escolar em um curso de licenciatura em educação física. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 121-132, jan./abr., 2016.

CRUZ, G. de C.; CAPARROZ, L. B. S.; FONTANA, E. C.F.; CORREA, R.; HONORATO, I. C. R. Associações e dissociações no campo da educação física: para onde vai o trabalho dos grupos de trabalho?. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Brasília, v. 37, n. 4, p. 348-354, out./dez., 2015.

CUNHA, M. I. Aprendizagens significativas na formação inicial de professores: um estudo no espaço dos Cursos de Licenciatura. **Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, v.5, n.9, p.103-16, 2001.

CUNHA, M. I. **O bom professor e sua prática**. 2ª Edição. São Paulo: Papyrus, 1992.

DE MARCO, A. (Org.) **Pensando a Educação Motora**. São Paulo: Papyrus, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZÁLEZ, F. J; F., A. B. Referencial Curricular de Educação Física. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. (Org.). **Referencias Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. 1ª Edição. Porto Alegre: SE/DP, v. 2, p. 112-181, 2009.

M. F. L. CHAGAS. F. K. D. DIAS. Alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de Mossoró-RN. **Revista Holos**. Rio Grande do Norte. Ano 30, v. 5, p. 144-153, 2014.

MACHADO, R. B. Políticas de inclusão e a docência em educação física: uma reflexão sobre as práticas. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. Brasília, v. 39, n. 3, p. 261-267, 2017.

MOANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, cap. 3, p. 38-42, 2003.

MARCONI, M. de A. L. E. M. **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

OMOTE, S. A formação do professor de educação especial na perspectiva da inclusão. *In*.: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Formação de Educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, cap. 10, p. 153-170, 2003.

OMOTE, S. A concepção de deficiência e a formação do profissional em educação especial. *In*.: ALMEIDA, Maria Amélia, MARQUEZINE, Maria Cristina, TANAKA, Eliza Oshiro. **Perspectiva multidisciplinar em educação especial**. Londrina: Editora UEL, 2001.

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. *In*: **Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: MEC- SEDES, SESI-DN, p. 7-10, 1994.

PIMENTEL, M. da G. B. **O professor em construção**. 7ª Edição. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEABRA JR.; L. **Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar**, 2006. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Unicamp, 2006.

TARDIF, M. **Saberes Docentes de Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2001.

TARDIF, M., LESSARD, C., LAHYE, L. **Os professores face ao saber: esboço de uma problemática docente**. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 4, p. 215-233, 1991.

TAVARES, J. E. B.; KRUG, H. N. Formação do profissional de educação física: um olhar para o professor de inclusão e inserção social. **Revista do Centro de Educação**. Santa Maria, n. 21, 2003.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, out.-dez., 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª Edição. São Paulo: Atlas, 1998.